



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

Processo nº 34.358/2015

EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 011/2015

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **13;30 hs do dia 14 de outubro de 2015**, na Central de Compras, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa para a elaboração de Estudo de Concepção, Projeto Básico, e Executivo, a fim de definir condições a serem atendidas por meio de serviços e tecnologias, de forma que o produto final possibilite a indicação de solução adequada e viável para escoamento das águas do Arroio das Cabeças, conforme Planilha, Cronograma e Termo de Referência, em anexo.

1.2. A área de estudo para contratação em pauta é no trecho compreendido do Arroio das Cabeças distante 01(um) Km ao Sul do Canal Adutor de abastecimento de água da CORSAN e o Saco do Martins, no estuário da Laguna dos Patos, Quinto Distrito do Rio Grande, perfazendo uma distância aproximada de 6,72 Km.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de Preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO Nº 011/15
ELABORAÇÃO DE ESTUDO, ARROIO DAS CABEÇAS.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO Nº 011/15
ELABORAÇÃO DE ESTUDO, ARROIO DAS CABEÇAS.
PROPOSTA DE PREÇO.
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01)

Obs: A empresa participante deverá ter suas notas fiscais emitidas com o CNPJ igual ao apresentado na documentação e proposta encaminhadas para o processo licitatório.

4.1. Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que atenda às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.

4.1.1. O Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá estar com toda a documentação em dia, não se permitindo apresentação dos mesmos na data e hora marcados para abertura da Documentação de Habilitação.

4.1.2. O prazo para efetivar Cadastro ou atualizar o mesmo será de 01 (um) dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes.

4.2. Deverão acompanhar o CRC e obrigatoriamente serem apresentados no Envelope 01 – Documentos de Habilitação, os documentos descritos abaixo:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

4.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

4.2.2. Documentos constantes no Item 5.4 deste Edital – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.3. Declaração de superveniência de fato impeditivo a contar da data da emissão do Certificado de Registro Cadastral.

4.2.4. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EFETIVAR CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

5.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

5.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

5.2.1. Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal nº 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

5.2.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

5.2.3. Prova de Regularidade com a Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

5.2.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

5.2.5. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

5.2.6. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 5.2.6, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

5.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

5.3.2. Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a 10% (dez por cento) do total cotado especificado no subitem 6.1. do Edital, de acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 31 da Lei de Licitações;

5.3.2.1. O valor a que se refere o Item 4.3.3. é 10% (dez por cento) do montante dos valores propostos pela empresa licitante com base nos valores declarados no subitem 6.1.

5.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

5.3.3.1. Se necessária a atualização do balanço deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado por contador habilitado ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

5.3.3.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades Anônimas, observada as exceções legais, a sociedade deverá apresentar as publicações do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis na Imprensa Oficial, bem como a Ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial respectiva;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

b) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA), Termo de Abertura e cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos com as devidas Notas Explicativas e Termo de Encerramento, assinados por técnico ou contador responsável e por seus sócios, registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, conforme determina a legislação vigente que regula esta matéria;

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais e responsáveis técnicos.

A comprovação da capacidade será realizada com a entrega dos documentos previstos nos itens abaixo:

5.4.1. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

a) Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Para empresas não sediadas no estado do Rio Grande do Sul será exigido visto do CREA-RS no ato da assinatura do contrato.

b) Um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do desempenho de atividade pertinente da empresa, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, em nome da empresa.

5.4.2. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

a) Para qualificação da Equipe Técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos por profissional:

a1) Coordenador Geral – (01)Engenheiro Civil, Sanitarista Sênior.

*Atestado(s) fornecido(s), por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante dos serviços, devidamente registrado no CREA ou CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, que será o Responsável Técnico pelos serviços, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

a2) Estrutural e paisagismo – (01)Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Ambiental, Arquiteto e Urbanista.

*Atestado(s) fornecido(s), por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante dos serviços, devidamente registrado no CREA ou CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

execução de serviços de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

a3) Topografia – Técnico em topografia (01), Auxiliar de topografia (01)

Para ambos.

*Certificado de conclusão de curso na área específica de topografia aprovado pelo MEC

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

**a4) Ambiental –
Biólogo (1)**

*Atestado(s) fornecido(s), por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante dos serviços, devidamente registrado no respectivo Conselho, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado onde fique comprovada a sua responsabilidade na execução de serviços de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

Técnico Ambiental (1)

**Certificado de conclusão de curso de Técnico Ambiental aprovado pelo MEC

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

**a5) Equipe de Edição-
Desenhista CAD**

*Certificado de conclusão de curso na área específica de Auto CAD aprovado pelo MEC

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

Digitador

*Declaração contendo: Nome completo, CPF, RG, declaração onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome na proposta e na realização dos trabalhos, assinatura do Profissional, assinatura do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

b) A necessidade de substituição de profissional durante a execução do projeto deverá ser previamente submetido a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o novo contratado deverá possuir acervo técnico equivalente ou superior ao utilizado nesta Tomada de Preço.

5.4.3. Atestado de Visita Técnica em que fique claro que a empresa licitante visitou o local do estudo e tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, em papel timbrado da Secretaria de Município de Infraestrutura - SMI, assinado por pessoa autorizada.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

5.4.3.1. A visita deverá ser procedida por engenheiro civil ou arquiteto indicado pela empresa, e será efetuada até 24 horas anteriores à data marcada para o recebimento dos envelopes de “Documentos de Habilitação” e “Documentos de Proposta de Preço”, devendo ser agendada na Secretaria de Município de Infraestrutura, pelo telefone **(53) 3233-6066**, ou diretamente no endereço Rua Altamir de Lacerda Nascimento, nº 930, Vila Hidráulica, Rio Grande/RS.

5.4.3.2. Ao comparecer ao local para efetuar a visita, o profissional indicado deverá apresentar cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, ou documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, e entregar uma carta de apresentação da empresa.

5.5. AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

5.5.1. A documentação exigida deverá ser apresentada no original, por qualquer processo de copia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia **a ser autenticada** pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário designado pela Gerência de Compras e Licitações Públicas, mediante a apresentação do documento original.

5.5.2. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

5.6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

5.6.1. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.6.2. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme Item 5.6.1., terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (LC 147/2014), prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

5.6.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.6.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

6. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

6.1. Proposta comercial indicando o **valor global**, em algarismos, de forma clara e precisa, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada pelo licitante e por técnico legalmente habilitado, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter o que segue:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

6.1.1. Planilha Orçamentária indicando os valores unitários e totais de cada serviço.

6.1.2. Cronograma físico-financeiro em parcelas mensais que deverá ser apresentado conforme sugerido em anexo, obedecendo aos seus limites na primeira medição e na última, assinado também por técnico habilitado.

6.2. Deverá acompanhar a Proposta Declaração indicando o responsável técnico e/ou preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

6.2.1. A Declaração que se refere o Item 6.2. deverá conter: Nome completo do indicado sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do responsável legalmente habilitado, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

6.3. Deverá constar na proposta dados bancários, telefone e e-mail da empresa licitante, Prazo de validade não inferior a 60(sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

6.4. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

7. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. DO RECEBIMENTO

7.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até as **13:30 hs do dia 14 de outubro de 2015**, na Central de Compras, à Rua Marechal Floriano nº.458, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

7.2. DA ABERTURA

7.2.1. A abertura das propostas será realizada **às 14:00 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

7.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

7.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

7.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

7.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

7.2.5. De cada sessão pública será lavrada ATA circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

7.3. DO JULGAMENTO

A Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

7.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

7.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

7.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

7.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**, na forma do sub-item 6.1.

7.3.5. Toda a documentação e proposta deverão ser apresentadas à época pertinente, ordenada a forma deste Edital.

7.3.6. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

7.4. DO DESEMPATE

7.4.1. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

7.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea (a), terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar a desclassificação.

7.4.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 7.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

7.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

7.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 7.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

7.5. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do GCLC, no horário da 13:00 h às 17:30h;

7.5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

7.5.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado no GCLP, com observância do horário acima mencionado;

7.5.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

7.5.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;

7.5.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

7.5.7. A licitante que injustificadamente e sem fundamentação recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

7.6. DA HOMOLOGAÇÃO

7.6.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

7.6.1.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 6.6, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

7.6.1.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias a contar da emissão da “ordem de início dos serviços”.

8.2. A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência.

b) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. DA RESCISÃO

9.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

9.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

9.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato:

9.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

10. DA GARANTIA

10.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

10.2. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

10.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

10.4. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no Item 10.1., reverterá aos cofres do Município.

11. DO PRAZO

11.1. O prazo para conclusão das obras será em 150 (cento e cinquenta) dias, dias corridos, a contar da data de expedição da “Ordem de Início de Serviços”.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os pagamentos serão realizados em faturas mensais.

12.1.1. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização da CAF/PMRG – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

12.2. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação de:

a) comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS.

b) cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho.

c) cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a SMI

d) a última parcela somente será liberada após o recebimento da obra pela Fiscalização da SMI e posteriormente pela Comissão de Recebimento.

12.2.1. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMI.

12.3. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

05 – Secretaria de Município de Infraestrutura.

05.04.17.512.0216.2171 – Ampliação e Melhoria das Redes de Drenagem Urbana e Esgotamento Pluvial

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Código Reduzido – 2347 –

13. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços por este termo contratadas serão fiscalizadas pela CAF/PMRG – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

13.1.1. Na execução dos serviços em apreço, serão rigorosamente, observados os projetos e plantas, especificações técnicas, normas da ABNT e as recomendações que forem dadas pela Fiscalização, para o fiel cumprimento das condições do Contrato.

13.2. As obras serão recebidas por uma Comissão legalmente constituída, integrada de dois ou mais elementos, que lavrará o respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

13.2.1. Quando a Contratada entregar os serviços para a Fiscalização, essa terá três dias úteis para verificação geral, não havendo o recebimento, a própria Fiscalização definirá o prazo para correção dos reparos solicitados, a contar do dia seguinte ao comunicado respectivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma, se encontram a disposição dos interessados, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site www.riogrande.rs.gov.br.

14.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos fone 3233.8417, até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

14.2.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação

Anexo I - Projeto (Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro)

Anexo II - Minuta de Contrato

14.3. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

14.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente Tomada de Preço.

14.5. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

14.6. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

14.7. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, e entregues protocolados dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações, na Rua Marechal Floriano nº 458, Centro, Rio Grande/ RS.

15. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

15.1 Dos Direitos;

15.1.1. da CONTRATANTE: receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas; e

15.1.2. da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

15.2. Das Obrigações:

15.2.1. da CONTRATANTE:

15.2.1.1. efetuar o pagamento ajustado; e

15.2.1.2. dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

15.2.1.3. fiscalizar a execução deste Contrato conforme disposto no art. 67 da Lei Fed. nº 8.666/93; e

15.2.2. da CONTRATADA:

15.2.2.1. prestar os serviços na forma ajustada;

15.2.2.2. atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

15.2.2.2.1. a inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem onera o objeto do Contrato ou restringe a regularização e o uso dos produtos objeto deste Contrato;

15.2.2.3. manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.2.4. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% do valor inicial atualizado do Contrato;

15.2.2.5. apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente Contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

15.2.2.6. cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

15.2.2.7. apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no início da execução do Contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

15.2.2.8. responsabilizar-se pela participação efetiva do(s) profissional(ais) indicado(s), durante toda a execução das obras e/ou serviços do objeto deste Contrato;

15.2.2.9. submeter à apreciação da CONTRATANTE a substituição do(s) profissional(ais) indicado(s), apresentando todos os documentos exigidos;

15.2.2.10. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

15.2.2.11. atender integralmente ao Anexo I- Termo de Referência e à proposta técnica.

15.2.2.12. fornecer todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, os quais deverão ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos;

15.2.2.13. elaborar os estudos e coordenar os trabalhos por profissionais habilitados e especializados, com registro no respectivo órgão de classe, os quais deverão ser os mesmos indicados pela CONTRATADA como integrantes de sua Equipe Técnica, admitida a sua substituição somente nas condições previstas no Edital e Contrato, sob pena dos serviços serem recusados e de serem aplicadas as sanções administrativas previstas.

15.2.2.15. empregar terminologias e simbologias técnicas em todos os serviços e projetos. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário apostos nos relatórios e plotados nas plantas;

15.2.2.16. antes de iniciar os trabalhos, providenciar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) no CREA e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) do CAU, ou outros conselhos de classe relacionados aos serviços, entregando ao fiscal do Contrato as vias da CONTRATANTE devidamente quitadas.

16. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

17. Os serviços serão realizados mediante o regime de empreitada global, sendo vedadas a subempreitada sob pena de rescisão do Contrato e demais penalidades previstas em Leis que regem a matéria.

18. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

19. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.

20. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 28 de setembro de 2015.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.